

SP pode eleger 20 constituintes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Além de 60 deputados e três senadores, São Paulo poderá enviar à Assembléia Nacional Constituinte mais 20 representantes sem filiação partidária, caso seja aprovada subemenda apresentada ontem pelo deputado Manoel Costa (PMDB-MG) à proposta de emenda constitucional do governo, convocando a Constituinte em 86. De acordo com a iniciativa do deputado mineiro, cada Estado, Território e o Distrito Federal terão direito a eleger candidatos extrapartidários.

A proposição tem o apoio do relator da emenda, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) e o reconhecimento por parte do novo consultor-geral da República, Paulo Brossard e prevê a aplicação aos candidatos avulsos dos mesmos preceitos relativos à inelegibilidade dos candidatos à Câmara dos Deputados. Assim, Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Sergipe teriam direito a eleger um candidato avulso; Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte, dois representantes; o Distrito Federal, Maranhão, Pará e Paraíba, três; Ceará, Goiás e Santa Catarina, quatro; Pernambuco, cinco; Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul, nove; Minas Gerais e Rio de Janeiro, 15; e São Paulo, 20.

A eleição dos candidatos avulsos seria feita no mesmo dia dos demais constituintes e seriam considerados eleitos os candidatos que obtivessem o maior número de votos, utilizando-se o mesmo critério para os suplentes. O prazo para o pedido do registro da candidatura no TSE seria fixado pelo tribunal nas instruções destina-

das a regulamentar as eleições de 15 de novembro.

16 AGO 1985

Antecipação

Outra subemenda, de autoria do deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), convoca a eleição da Constituinte para 1º de junho de 86, mas exclusivamente com a função de elaborar a nova Carta, promulgada a Constituição, a Constituinte seria dissolvida, elegendo-se, então, os novos poderes constituídos da Nação, segundo os termos da proposta.

A iniciativa de Marchezan prevê que a Constituinte será composta de representantes do povo, eleitos segundo o sistema proporcional pelos Estados, Territórios e Distrito Federal. O número de constituintes seria fixado pelo TSE, em proporção que não exceda um para cada 250 mil habitantes, até 20 membros, e, além desse limite, um para cada 350 mil, com o ajuste necessário para que nenhum Estado tenha mais de 55 nem menos de quatro representantes. Os Territórios, salvo Fernando de Noronha, teriam dois representantes.

A subemenda de Marchezan, contudo, exige a filiação partidária para os candidatos à Constituinte, mas suspende as exigências percentuais mínimas para a representação dos partidos políticos. E estabelece que a Assembléia Constituinte se reunirá no Congresso, dia 6 de julho de 86, sob a presidência do representante mais idoso, para a posse de seus membros e a eleição da Mesa diretora. Aplica ainda as prerrogativas dos membros do Congresso aos constituintes e determina que a nova Constituição deverá ser votada em dois turnos e aprovada por maioria absoluta.

Parlamentarismo

Também o deputado Leur Lomanto (PDS-BA) encaminhou à comissão mista do Congresso proposta de emenda constitucional para a realização de plebiscito a respeito da adoção ou não do regime parlamentarista nas eleições de novembro de 1986.

Surpresa

Apesar de não dar maior importância à iniciativa do PDT convocando eleições diretas de presidente da República em 15 de novembro de 1986, o líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, ficou surpreso ontem ao ser informado de que mais de 30 deputados do seu partido, inclusive vários vice-líderes, assinaram sua formalização. Se a proposta for mesmo apresentada, o PMDB fixará posição pela rejeição.

Pimenta da Veiga entende que a emenda das diretas em 86 "não tem passagem na sociedade", uma vez que a Nação deseja um governo estável e deposita plena confiança no trabalho do presidente Sarney. Mas o líder do PDT, Nadir Rossetti, acredita que ainda hoje poderá formalizar a subemenda. No início da noite de ontem faltavam poucas assinaturas para atingir um terço da Câmara e do Senado. O vice-líder do PMDB Arthur Virgílio Neto (AM) assinou num dia e no outro retirou a assinatura. Ontem, vários outros fizeram a mesma coisa. Entre os que assinaram estão Pacheco Chaves, dos mais ligados a Ulysses Guimarães, Del Bosco Amaral, Hélio Duque, Sérgio Murilo, Mário Frota e Hélio Manhães.

ANC 88
Pasta 08/85
065/1985